

ENVEX/106/2018

Curitiba, 18 de junho de 2018.

**Ao Governo do Estado de Mato Grosso  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente.**

**A/C: Comissão Permanente de Licitação**

**Ref.: Concorrência Pública Nº 001/2018  
Processo Administrativo Nº 70641861 / 2017**

## **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

### **1. Do Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio**

Levando-se em consideração que o Edital da Concorrência Pública nº 001/2018 da SEMA/MT admite a participação de concorrentes em consórcio e considerando o disposto no item 8.9, alínea X, do Edital, questiona-se o que a egrégia Comissão de Licitação entende por *“representatividade social de cada uma das empresas consorciadas”*.

Note-se o disposto no Edital:

*(...)X. A representatividade social de cada uma das empresas consorciadas;*

### **2. Da apresentação de documento expedido pela Junta Comercial**

O anexo VIII do Edital exige a apresentação de *“CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC”*.

Contudo, a ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA S/S LTDA – EPP é uma **sociedade simples** e, portanto, **não** deve realizar registro na Junta Comercial, mas sim, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Ora, se a Junta Comercial não é o local pertinente para o registro de sociedades simples, é inviável e errado exigir de tais sociedades documento expedido ou autenticado por órgão que não seja competente para tanto.

Uma vez que a ENVEX Engenharia é Sociedade Simples, conforme o disposto no artigo 1.150 do Código Civil, não há como a Comissão de Licitação exigir um documento de cartório (Junta Comercial) cujo registro não seja

competente para tanto, em observância à natureza jurídica da Sociedade Simples supracitada.

Portanto, a Certidão de Breve Relato devidamente expedida e autenticada pelo cartório competente, qual seja o Registro Civil de Pessoas Jurídicas é capaz de comprovar e atender as exigências do anexo VIII do Edital.

Note-se que o item 4.3.1 do Edital já admite a apresentação de documentos devidamente registrados e inscritos no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas para as devidas sociedades:


4.3.1 (...)

a) *Ato constitutivo da sociedade ou cooperativa, devidamente inscrito no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas e instrumento de eleição da diretoria ou contrato de sociedade comercial registrada na Junta Comercial;*

Dessa forma, a Comissão entende ser possível a apresentação de documentos inscritos no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ao invés da Junta Comercial? Para fins de atendimento ao Anexo VIII do Edital, a Comissão entende que a Certidão de Breve Relato das sociedades simples cumpre as exigências editalícias?

Desde já agradecemos,

Curitiba, 18 de junho de 2018.



**ENVEX Engenharia e Consultoria S/S Ltda. EPP**  
**08.418.789/0001-07**  
**André Luciano Malheiros - Representante Legal**  
**RG 6.489.814-0SSP PR**  
**CPF 004.810.979-70**